 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 046. Música, Som e Formas Expressivas

Wagner Neves Diniz Chaves (Departamento de Antropologia Cultural/UFRJ) - Coordenador/a, João Miguel Manzolillo Sautchuk (DAN/UnB) - Coordenador/a Expressiva, comunicacional e performativa, aglutinadora de m?ltiplos conhecimentos, significados e agenciamentos, a m?sica ? um campo f?rtil para investiga??o antropol?gica de um conjunto de temas e quest?es, possibilitando o di?logo entre diferentes nichos dos debates antropol?gicos, tais quais etnomusicologia, etnologia ind?gena, cultura popular, patrim?nio, antropologia urbana, antropologia do Estado e an?lise de rituais e performances. Apostando na relativiza??o da no??o de ?m?sica? como categoria anal?tica e partindo da supera??o do antigo dilema que apartava an?lise dos aspectos sonoros e interpreta??o dos sistemas de pensamento e a??o, este Grupo de Trabalho volta a aten??o para as conex?es entre m?ltiplos aspectos das pr?ticas musicais e produ?es sonoras e seus significados sociais, principalmente as rela?es da ?m?sica? com outros meios expressivos e pr?ticas sociais, e as dimens?es t?cnicas e pr?ticas do fazer musical. Tendo em vista esta perspectiva geral, pretende-se explorar os seguintes eixos tem?ticos: 1) m?sica e linguagem; 2) intera??o no fazer musical; 3) teorias musicais nativas; 4) m?sica, ritual e performance; 5) media??o, apropria??o e identidade; 6) grava??o, representa??o fonogr?fica e arquivos; 7) paisagem sonora.

?Unakesa?: um estilo musical indígena Fulni-ô profético

Autoria: Miguel Colaço Bittencourt

A prática musical indígena do toré foi um forte demarcador genérico de indianidade nos processos de reconhecimento da identidade étnica, desenvolvidos pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a partir dos anos de 1920. Diante dos estudos da performance e da patrimonialização torna-se necessário destacar as particularidades e generalizações em torno das expressões musicais e das identificações étnicas. Atualmente, a música tradicional indígena continua por acionar políticas da alteridade e de autenticidade nas atividades de mobilização étnica, sendo compartilhada nos espaços escolares, na educação e visualidade intercultural, nas atividades artísticas, no turismo enteógeno e em diversas práticas cotidianas. A etnia Fulni-ô, situada em Águas Belas, no Sertão e Agreste pernambucano, corresponde a uma população com mais de 5 mil pessoas, que resguarda em sua memória um longo histórico de regime assimétrico de contato cultural e pressão econômica. Tais indígenas são valorizados e reconhecidos no Nordeste por serem os únicos que mantiveram viva sua língua materna, o yaáthê, que assume a tradução de ?nosso idioma, nossa língua?. Hoje, é possível destacar uma relação sociocultural e ambiental nas músicas cantadas em yaáthê que assumem um projeto de indigenização (à la M. Sahlins), preservação e valorização da língua materna, resguardando um saber, ao mesmo tempo em que adquire um caráter de ferramenta pedagógica e transmissão do idioma entre os próprios índios. No caso dos Fulni-ô, o toré de búzio embora não seja cantado em yaáthê é rememorado em momentos importantes como aspecto máximo da tradição indígena, pois utiliza-se das flautas sagradas e de uma coreografia que desperta a sensorialidade e condutas que rememoram o passado no presente. Em outras palavras, resguarda-se a particularidade do índio contemporâneo. Por outro viés, a tradicional unakesa traduzida ao estilo da cafurna, ?onde está? Vamos procurar nossos direitos?, é uma chamada de procura cantada. As cafurnas indígenas expressam as memórias, lembranças, sentimentos e mensagens contadas no presente, são histórias e profecias cantadas que despertam esteticamente uma busca aos direitos indígenas. Portanto, este work busca refletir a produção musical Fulni-ô e relacionar a expressão artística como forma de transmissão dos dilemas enfrentados em uma comunidade étnica. Deste modo, a oralidade musical assume mensagens proféticas, memórias, condutas e políticas de identidade que ao serem compartilhadas, lembradas e cantadas transmitem uma série de buscas por transformações e estratégias de adaptação.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**